



1
2
3
4
5
6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7
8
9

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 65ª R.E. CERHI-RJ, em 05/11/2015

10 Aos 09 dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº
11 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13h30min, realizou-se a 20ª Reunião
12 Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos
13 senhores **membros titulares:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Livia Soalheiro Romano (INEA), Eliane
14 Barbosa (INEA), Marina Fernandes Bez (FIPERJ), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta Redonda),
15 Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Braga (P/ Kátia
16 Vallado Braga), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), José Paulo Soares de Azevedo
17 (UFRJ), João Gomes de Siqueira (UENF), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Vera Lúcia Teixeira (CBH
18 MPSul), Yasmin G. Ferreira P/ Jaime Teixeira Azulay (CEDAE), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental
19 Águas do Brasil), **Claudio Cesar Boscov Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional)**, José Gomes
20 Barbosa (LIGHT), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), Vinicius Crespo (Fecomercio), Zenilson do
21 Amaral (ASFLUCAN), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **Membros Suplentes:** José Edson Falcão (SEA),
22 Moema Versiani Acselrad (INEA), Elisa Bento (DRM), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos
23 Goytacazes), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí - Suplente Vera Martins (Acampar-RJ),
24 Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), David Michel Miller (Associação de
25 Moradores da Granja Guarani), Alexandre de Bonis (CBH BG), Affonso Henrique de Albuquerque Junior
26 (CBH Macaé e das Ostras), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA). **Ausências Justificadas:** Antônio
27 Ferreira da Hora (SEA), Marie Ikomoto (INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marcos Sant'anna
28 Lacerda (Instituto Terrazul), Gerson Cardoso (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Dalva Rosa
29 Mansur (CBH LSJ), Keila Ferreira (Prolagos), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), José do Amaral
30 Ribeiro (Sindicato Rural de Campos); **Ausências:** Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São
31 João da Barra), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana - Suplente), José Miguel
32 da Silva (Apedema-RJ – Titular), Maurício Fernandes (O nosso vale! A nossa vida! - Suplente), Sidney
33 Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul - Suplente), Marcelo Bassi Costa (Instituto Aço Brasil -
34 Titular), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente), **Convidados:**
35 Waldemiro Barbosa (Barra do Piraí), Alberto S. (Barra do Piraí), Fátima Soares (INEA), Flávio Simões
36 (INEA), Paulo Sérgio (CBH-PIABANHA), Sérgio de Siqueira (CBH-PIABANHA), Richard Hollanda (CBH-
37 GUANDU), Roberto Reis (CBH-GUANDU), Mario Landi (CBH-GUANDU), Aldah, Eloisa, José Maria S. Filho
38 (INEA), Julio Cesar (Comitê Guandu), Fernando Moura (AGEVAP), Sabrina Christina da Silva (CBH-LSJ),
39 Rafael Mussi (AGEVAP), Nathália Vilela (AGEVAP), Ana Paula Vasconcellos (INEA), Pamela Costa Silva (
40 FFCBH) e Júlia Kishida Bochner (DIBAP/INEA). Esta reunião teve início às 14h40min, com a seguinte
41 pauta: 1) Aprovação da minuta da Ata da 19ª R.E. CERHI-RJ, de 30/03/2015; 2) Plano de Contingência
42 do Guandu; 3) Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do
43 Fundrhi da subconta da compensação financeira com a finalidade de apoio ao cadastro ambiental rural
44 – CAR; 4) Monitoramento da rede hidrometeorológicas do INEA (COPPES/INEA); 5) Estudos de
45 concepção e projetos básicos de Sistemas de esgotamento sanitário para os bairros Granja Guarani,
46 Quebra Frascos e Fonte Santa, no município de Teresópolis. Após verificação de quórum, o Sr. Décio
47 Tubbs Filho deu início a reunião às 14:05h. **1º item: Aprovação da minuta da Ata da 19ª R.E. CERHI-RJ,**
48 **de 30/03/2015.** Aprovada por unanimidade. **2º item: Plano de Contingência do Guandu.** O Sr. Décio
49 Tubbs Filho iniciou a apresentação do Plano de Contingência do Guandu e em seguida passou a palavra
50 para o Sr. André Bonacin. A apresentação trata-se do estudo contratado pela Associação de Pro-
51 Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP para o Comitê Guandu desenvolvido pela

52 empresa DRZ Geotecnologia & Consultoria. O Sr. André Bonacin explicou que o plano de Contingência
53 para Abastecimento de Água (Guandu) é um conjunto de documentos que define ações específicas e
54 integradas, de diferentes tipos (preventivas, de mitigação, preparação, resposta, recuperação),
55 baseadas em procedimentos e abordagens técnicos – científicas, com apoio de bases de dados e
56 informações em SIG, e no envolvimento e interação de múltiplos atores, quando em situações de
57 emergência ambiental e que possam pôr em risco o fornecimento de água bruta para fins de
58 abastecimento público. Seguiu informando que um dos focos do plano são situações de acidentes que
59 possam gerar poluição/contaminação acidental e afetar captações utilizadas para abastecimento
60 público dando ênfase na captação da ETA – Guandu, por ser esta responsável pela imensa maioria do
61 abastecimento da população da RMRJ e salientou os Elementos – focos principais: rodovias, dutos
62 indústrias e ferrovias, aos quais se associam estes acidentes. Os de transposição (elevatórias e
63 reservatórios) constituem barreiras físicas de contenção, no sentido de limitar o avanço da pluma
64 contaminante migrando pelos corpos d’água superficiais da bacia dos rios Paraíba do Sul e/ou Piraí
65 para o Guandu. E ressaltou que quanto mais próximo o acidente ocorrer em relação à captação da ETA
66 Guandu, maior será o risco, por não haver recursos de contenção (elementos de transposição e
67 barragens) e pelo menor tempo de transporte do poluente. O Plano de Contingência para
68 Abastecimento de Água – Guandu deve ser implantado, tendo-se em mente os seguintes
69 pressupostos básicos: 1) Maximização da proteção da saúde pública, do meio ambiente e do
70 patrimônio, de tal forma que as perdas econômicas situem-se dentro de limites administráveis da
71 economia e com o melhor custo- benefício para os diversos atores envolvidos nas respostas aos
72 acidentes ambientais nas bacias de interesse; 2) Agregação de valor dos recursos hídricos das bacias
73 de interesse, por meio da proteção dos corpos d’água de qualidade superior para o abastecimento
74 público e pela gradativa recuperação de qualidade de cursos d’ água cuja qualidade encontra-se
75 deteriorada, bem como pelo aumento da disponibilidade de água, por meio de proteção de sua
76 qualidade, pelas ações de regularização de vazão de cursos d’água da bacia e pelo uso racional; 3)
77 Implantação de ações alinhadas com a redução do risco e com a melhoria contínua da gestão dos
78 recursos hídricos nas bacias de interesse, tanto no que se refere à conscientização daqueles que
79 aportam risco ao abastecimento da água como à ação integrada e coordenada dos atores
80 encarregados das ações de prevenção, mitigação, preparação resposta e recuperação dos acidentes
81 ambientais; 4) Gradativa capitalização da abordagem preventiva, em estágios gradativamente iniciais
82 dos processos por meio do controle integrado dos impactos negativos sobre o solo, água e ar, sem a
83 melhoria da qualidade de um meio à custa da transparência de poluentes para os demais; 5)
84 Fortalecimento do papel protagonista da CEDAE, INEA , IBAMA e da SEDEC-RJ na gestão de risco ao
85 abastecimento de água da ETA Guandu, apoiados pelo CBH Guandu, LIGHT, CEIVAP e demais atores
86 envolvidos. O Plano de Contingência deverá ser coordenado por um Grupo de Apoio Técnico – GAT, a
87 ser criado e constituído com a colaboração do Comitê Guandu. Esta ação dará início aos trabalhos de
88 implementação e acompanhamento do Plano de Contingência, tendo por base o Fluxograma de
89 acionamento e procedimentos associados; o Plano de ações; o fortalecimento e a interação entre
90 atores envolvidos. Cabe ao GAT: 1) Executar a interlocução política nos assuntos de interesse ao Plano;
91 2) Zelar pela viabilização e manutenção do cronograma do Plano de Ações do Plano de Contingência;
92 3) Aprimorar a eficácia das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de
93 riscos ao abastecimento de água da ETA Guandu; 4) Aprimorar a interação/arranjo entre atores; 5)
94 Apoiar a celebração de convênios e outros instrumentos de cooperação e interação institucional; 6)
95 Promover e apoiar ações de planejamento conjunto, conscientização, treinamento, além de estudos e
96 pesquisas técnico-científicas sobre prevenção e controle de emergências nas bacias de interesse; 7)
97 Fomentar a realização de simulados de emergências; 8) Coordenar a agenda de eventos anuais afetos
98 ao Plano de Contingência; 9) Executar e aprovar o Relatório Anual de Situação do Plano; 10) Realizar
99 reunião do balanço anual e planejamento das ações do ano subsequente. Diagnosticando a situação
100 atual do risco nas bacias de interesse. As ações propostas apontam aonde se deve chegar, sugerindo
101 que no percurso entre situação atual e pretendida adote-se a seguinte estratégia: Viabilização de
102 acordo de cooperação entre Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu - CBH Guandu e do Comitê de
103 Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP / Associação Pró-Gestão das Águas da
104 Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP. Garantindo à alocação de recursos financeiros do
105 CBH Guandu e do CEIVAP para execução de ações estruturantes do Plano de Ação do Plano de

106 Contingência. Tais como, promover o alinhamento de recursos e estratégias, evitando-se a
107 pulverização de recursos em ações que não contribuam direta e significativamente para a redução do
108 risco global sobre os recursos hídricos das bacias de interesse, bem como alavancando maiores
109 recursos para aplicação nas ações previstas, criando uma ampla divulgação do Plano de Contingência
110 às partes interessadas, sobretudo àqueles que aportam risco do abastecimento de água bruta da ETA
111 Guandu. Uma vez criado o GAT, dever-se-á aprimorar paulatinamente sua estrutura organizacional e
112 executiva, sendo responsável pela implementação, acompanhamento e atualização do Plano de
113 Contingência. Em todo final de ano, o Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT deverá providenciar
114 a elaboração do Relatório Anual de Situação, o que deverá conter: Diagnóstico das atividades do
115 período, abrangendo minimamente: (I) Localização, tipos e quantidades de acidentes; (II) Estatísticas
116 acidentes; (III) Consequências de acidentes; (IV) Perdas econômicas os acidentes; (V) Ações envolvidas
117 e custos do Plano de Contingência; (VI) Andamento das atividades (ações de Prevenção, Mitigação,
118 Preparação, Resposta, Recuperação); (VII) Aspectos Específicos dos Grupos Operacionais Plano de
119 Contingência. Análise crítica das atividades do período, abrangendo minimamente as principais
120 deficiências, necessidades dos Grupos Operacionais Plano de Contingência, as falhas na aplicação de
121 recursos, o cumprimento de prazos do Plano de Ações do Plano de Contingência, comparativo de
122 indicadores de emergências / acidentes (período atual - período anterior), adequação dos níveis de
123 acionamento e principais tendências observadas. A atualização em si do Plano de Contingência deverá
124 ser efetuada a cada cinco anos, sendo que o GAT, em trabalho conjunto com o Comitê Guandu e a
125 AGEVAP, deverá elaborar (ou contratar a elaboração) o Termo de Referência no ano anterior ao início
126 de sua execução. O Plano de Contingência não deve ser visto como o somatório de diversos planos,
127 mas como um elemento integrador e potencializador destes, articulando as ações de melhoria
128 contínua em prol da finalidade expressa. Nesse sentido, será decisivo o fomento de um forte
129 relacionamento entre os atores-chaves responsáveis pelo gerenciamento dos riscos ambientais, bem
130 como o aprimoramento da melhoria da comunicação entre estes atores – chaves, em termos de
131 redução do tempo de resposta. Por fim, seria o aprimoramento da base de dados e informações do
132 Plano de Contingência que deverá ser georreferenciada, acessível e atualizável. Além dos elementos
133 básicos (planialtimetria, hidrografia, etc) do meio físico (geologia, declividade etc) uso e ocupação do
134 solo, esta base deverá focar-se especificamente, no registro detalhado e sistemático de acidentes
135 associados aos elementos – focos e envolvendo poluição acidental / ambiental. No cadastramento de
136 indústrias (com tipologias, além de elementos importantes, como PAE, PAM e outros planos, situação
137 de licenciamento ambiental, matérias – primas, produtos e resíduos e efluentes gerados, registro de
138 acidentes etc.), por ser esta a base mais precária hoje em dia e no fortalecimento da ideia
139 “observatório da bacia”. O Sr. André Bonacin finalizando sua apresentação, falou que esta base de
140 dados e informações subsidiará o GAT na tomada de decisões, podendo ser compartilhada com atores
141 – chaves (órgãos ambientais, concessionárias e responsáveis por rodovias, ferrovias e dutos, LIGHT,
142 CEDAE, prefeituras/COMDEC’s, SEDEC etc) e tendo interfaces abertas à consulta pública, primando-se
143 pelo seu caráter de acesso rápido, objetivo e com informações úteis aos cidadãos e usuários. **3º item:**
144 ***Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da***
145 ***subconta da compensação financeira com a finalidade de apoio ao cadastro ambiental rural – CAR.***
146 O Sr. Décio Tubbs Filho informando que este item seria apresentado pela Sra. Julia Kishida Bochner,
147 mas que ela se atrasaria alguns minutos, fez algumas ressalvas sobre o encaminhamento do relatório
148 na reunião passada. Em seguida, a Sra. Vera Teixeira realizou uma breve síntese sobre o relatório
149 enviado dia 15/05/2015, onde mencionou que o CAR não é apenas responsabilidade do FUNDRHI, que
150 há outros parceiros e que é necessária atuação em conjunto para que se tenha uma construção.
151 Prosseguiu informando que a Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros
152 do Fundrhi da subconta da compensação financeira com a finalidade de apoio ao cadastro ambiental
153 rural – CAR, não levou em consideração o relatório apresentado e que foi entregue no prazo. Por fim,
154 citou o trecho final do documento: “Elaborando um documento desse tipo com das responsabilidades
155 dos Atores envolvidos”. O Sr. Paulo Leite confirmou que não é contra o CAR, porém apoiaram o pedido
156 de vista do projeto, pois ainda não foi apresentado nenhuma estratégia sólida para sua
157 implementação de forma que ainda gere dúvidas sobre a liberação de recursos para o projeto. Além
158 disso, os recursos FUNDRHI são para o uso da Gestão de Recursos Hídricos e por mais que o CAR
159 forneça informações relevantes para a gestão, não é um cadastro oficial da gestão de recursos

160 hídricos, ao contrario do CNARH. O Sr. Sérgio Bertoche ressaltou a importância de um incentivo para
161 as pequenas propriedades se cadastrarem no CAR. O Sr. João Gomes Siqueira falou que o CBH BPSI é a
162 favor do CAR e que em outras reuniões já foram discutidas estratégias para melhoria deste projeto.
163 Explicou que a região se preocupa, pois o CAR está focado no cadastro rural, mas que precisa haver
164 uma continuidade das ações, de forma clara e objetiva. Comentou, também, que já que precisam
165 aprovar a liberação de recursos, que é fundamental que tenham mais acesso aos dados do projeto. O
166 Sr. Décio Tubbs ressaltou a necessidade de dar continuidade nestas propostas, talvez através de uma
167 resolução. **O representante do Rio Dois Rios** explicou que o CBH de sua região é a favor do CAR, além
168 de estar em um processo para dar suporte ao projeto. O Sr. José Paulo informou que o assunto já foi
169 discutido em algumas reuniões CT-IL/CT-IG, então acha importante que as memórias destas reuniões
170 passadas sejam enviadas aos conselheiros para que possam entender o que já foi analisado e definido.
171 Explicou que o CNARH foi discutido na CT-IG e aprovado pelo CERHI-RJ, para que fosse implementado
172 junto ao Progestão pelas gerências GEHIR e de Outorgas, então devem dar continuidade a esta
173 decisão. Informou que a Sra. Marie Ikomoto fez uma apresentação sobre PSA na 36ª R.O. CT-IG
174 (06/05/2015), e que deve ser resgatada e divulgada. O Sr. Zacarias Albuquerque informou que é contra
175 esta liberação de recursos para o CAR, pois não vê justificativa para estes recursos. O Sr. Leopoldo
176 Carrielo apresentou o ponto de vista de alguns produtores rurais, que entendem que ir à Secretaria
177 Municipal pode ser mais em conta do que fazer o cadastro junto ao Inea, porque muitas vezes o
178 secretário é um técnico da **EMATER**, então já existe uma confiança estabelecida. Falou, ainda, que
179 acha que o CAR não traz benefícios para o produtor, pois é como se estes renunciassem uma parte de
180 sua propriedade em benefício da sociedade. O Sr. Paulo Sérgio lembrou que, pela lei, quem tem
181 obrigação de implementar o CAR são os membros do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente).
182 Uma forma de compensar o agricultor é com os pagamentos pelos serviços ambientais. O Sr. Affonso
183 Albuquerque explicou que gostaria de ter certeza que a disponibilização dos recursos para o projeto
184 não iria afetar os comitês e **as** delegatárias. **Dando continuidade ao assunto** a Sra. Júlia Kishida
185 Bochner deu início a sua apresentação, onde explicou que o objetivo geral é promover a regularização
186 ambiental dos imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais nas diferentes regiões
187 hidrográficas do estado por meio do cadastramento no Cadastro Ambiental Rural – CAR, bem como no
188 Cadastro Nacional de Recursos Hídricos - CNARH. Os objetivos específicos do CAR e CNARH junto ao
189 público alvo é a realização de palestras para esclarecimentos sobre os cadastros para produtores
190 rurais, lideranças locais, instituições pública, instituições de pesquisa e extensão, associações e
191 sindicatos rurais, entre outras entidades parceiras. Serão realizadas reuniões periódicas com as
192 instituições parceiras para capacitar agentes públicos (municipais e estaduais) a efetuarem o CAR e o
193 CNARH. Promover mutirões de cadastramento para execução do CAR e o CNARH com o apoio dos
194 técnicos capacitados; realizar atendimento periódico aos pequenos produtores rurais visando o
195 cadastramento do CAR e o CNARH; acompanhar e prestar assistência técnica às entidades capacitadas
196 e parceiras que estiverem executando o CAR e o CNARH e formalizar parcerias junto aos municípios,
197 visando ampliar a rede de atendimento aos pequenos produtores rurais. A metodologia de trabalho foi
198 classificada em 3 (três) eixos principais: 1) execução de campanhas de divulgação dos cadastro
199 (sensibilização do público alvo), que visa a distribuição de material informativo (folders e cartilha)
200 sobre os cadastros durante eventos promovidos pelo municípios ou entidades parceiras e em postos
201 de atendimento; Reuniões periódicas com os municípios, secretarias municipais, representantes de
202 associações e sindicatos rurais; Participação das equipes em entrevistas promovidas por mídias locais
203 (rádio e televisão); Elaboração de textos explicativos sobre os cadastros em mídia eletrônica (sites),
204 jornais de circulação, boletins entre outros e palestras de esclarecimento sobre os cadastros em
205 eventos; 2) realização de capacitações de entidades parceiras ajudando na identificação dos
206 municípios predispostos a implantar o CAR e CNARH em seus territórios, bem como instituições
207 interessadas em colaborar na execução dos cadastros, realização de reuniões com as entidades
208 interessadas visando a seleção dos técnicos a serem capacitados e organização da capacitação. Sendo
209 a capacitação estruturada em duas etapas: a) apresentação da base legal pertinente ao CAR e o
210 CNARH (parte teórica); b) treinamento técnico direcionado à execução dos cadastros (utilização dos
211 sistemas: SIG, etc) – parte técnica; 3) apoio ao cadastramento dos pequenos produtores rurais. O
212 atendimento aos pequenos produtores rurais se dará semanalmente, por meio da definição de no
213 mínimo 1 (um) dia na semana voltando especialmente para atender os proprietários rurais

214 interessados (ordem de chegada ou agendamento prévio); Agendamento de mutirões de
215 cadastramento junto às entidades parceiras capacitadas, visando aumentar o número de cadastros
216 realizados; Formalização de parcerias com instituições parceiras (assinatura de TC); Proposta
217 metodológica para o CNARH, mas que em função de algumas especificidades do sistema do CNARH
218 serão adotados alguns procedimentos específicos para realização deste cadastro, visando um avanço
219 mais expressivo e a superação de algumas dificuldades. A forma de abordagem será adotada inserindo
220 o CNARH como parte integrante ao processo de adequação ambiental da propriedade. No ato do
221 cadastramento no CAR serão coletadas as informações necessárias para o preenchimento do CNARH.
222 A forma de obtenção dos dados será adotado formulário impresso ou eletrônico (planilha eletrônica)
223 contendo todas as informações necessárias para execução do cadastro. Mensalmente os formulários
224 preenchidos pelas equipes contratadas serão encaminhados ao INEA para inserção no sistema do
225 CNARH. A obtenção de dados sobre vazão e valores será adotada com uma fórmula de estimativa de
226 vazão, por meio da qual, através de informações simples prestadas pelo produtor rural é possível
227 estimar vazão. Tendo uma tabela “padrão” a qual contém uma estimativa de valores de DBO em
228 função da atividade desenvolvida na propriedade. As metas foram definidas de maneira global para as
229 equipes contratadas, levando em consideração a experiência vivenciada neste último ano de trabalho,
230 a capacidade das equipes (apenas 2 técnicos por região hidrográfica) e a extensão territorial das suas
231 respectivas áreas de abrangência. Em virtude das particularidades de cada região hidrográfica, bem
232 como o número de municípios abarcados e a área territorial abrangida, as metas poderão ser
233 readequadas e/ou revistas ao longo do tempo por cada equipe, desde que as alterações sejam
234 teoricamente embasadas. 1) Divulgar o CAR e o CNARH na área de abrangência da região hidrográfica,
235 divulgação dos cadastros será realizada de maneira periódica e contínua ao longo do tempo,
236 aproveitando os eventos promovidos na região, as oportunidades junto à mídia local e as articulações
237 com entidades parceiras; 2) Realizar palestras de esclarecimento/ divulgação dos cadastro: cada
238 equipe deverá ministrar no mínimo 2 (duas) palestras em cada município de sua área de abrangência;
239 3) Realizar reuniões periódicas com as instituições parceiras: cada equipe deverá realizar no mínimo 2
240 (duas) reuniões em cada município de sua área de abrangência, visando promover articulação com
241 instituições parceiras; 4) Capacitar entidades parceiras: cada equipe deverá promover a capacitação
242 de no mínimo 1 (uma) instituição em cada município de sua área de abrangência, totalizando no
243 mínimo 30 (trinta) técnicos capacitados; 5) Promover mutirões de cadastramento para execução do
244 CAR e do CNARH com apoio dos técnicos capacitados: cada equipe deverá promover, conjuntamente
245 com as instituições parceira, a realização de no mínimo 1 (um) mutirão de cadastramento em casa
246 município de sua área de abrangência; 6) Realizar atendimento aos pequenos produtores rurais
247 visando o cadastramento no CAR e no CNARH: as equipes deverão promover no mínimo 2 (duas)
248 reuniões em cada município de sua área de abrangência, visando apresentar e discutir o Termo de
249 Cooperação Técnica a ser firmado. Esperando resultados como identificar em larga escala às áreas de
250 preservação permanente degradada, sobretudo de cursos d’água e nascentes, visando à definição de
251 áreas prioritárias para execução de ações de restauração florestal. Diminuir a lacuna de conhecimento
252 referente ao uso de recursos hídricos na zona rural do estado, possibilitando obter informações para o
253 desenvolvimento de trabalhos e o cálculo de balanço hídrico das bacias hidrográficas, e por fim
254 demonstrar que o CAR e o CNARH são instrumentos que permitem além da regularização ambiental, a
255 formação de bases de estudos para gestão ambiental e territorial em diversas escalas (municipal,
256 microbacias hidrográficas, bacias hidrográficas, estadual), permitindo a utilização das mesmas em
257 inúmeros programas sociais e ambientais. A Sra. Eliane Barbosa explicou que o Inea tem um
258 instrumento para os empreendimentos de pequeno e médio impacto, que é a habilitação, mas que
259 existem requisitos para capacitação deste município, mas que estão analisando meios de ampliar essas
260 exigências. A Srta. Livia Soalheiro comunicou que foi pedido para as delegatárias sobrou de recursos
261 do CAR do último ano, para que possam aproveitá-los, usando o mínimo possível da compensação
262 financeira. A Sra. Alda Oliveira falou que a agricultura brasileira contribui com 70% da alimentação da
263 população, e que o CAR é o maior instrumento de cidadania ambiental de cada propriedade. O Sr. José
264 Maria explicou de precisam entender o aspecto conjuntural, sabendo o que ocorreu desde o início do
265 CAR, até o momento atual. O que pretendem, na realidade, é proporcionar um mínimo de sobrevida
266 ao programa. Pediu que os conselheiros aprovassem a iniciativa, até que pelo menos um modelo mais
267 efetivo seja implementado. A Sra. Vera Teixeira votou a favor, mas solicitou que o projeto e o parecer

268 da comissão sejam anexados à resolução. Em seguida, a minuta de resolução foi aprovada com uma
269 abstenção de voto. **4º item: Monitoramento da rede hidrometeorológicas do INEA (COPPE/INEA).** O
270 Sr. Edson Falcão realizou a apresentação sobre este projeto, que já havia sido apresentado e aprovado
271 na CT-IG/CERHI-RJ. Explanou sobre a ideia e sobre a evolução nos últimos anos e qual seria a demanda
272 enviada ao Conselho. Falou sobre a operação precária da rede hidrometeorológica básica: entre março
273 de 2012 a maio de 2014, após o encerramento do convênio com a CPRM. No final de maio de 2014
274 iniciou o contrato de operação e modernização da rede. A solicitação da FECAM: R\$ 759.338,56
275 (setecentos e cinquenta e nove, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos) e
276 contrapartida convênio CPRM/Inea: 16 estações telemétricas (pluviofluviométricas), cerca de R\$
277 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais). Os serviços previstos são a visita de
278 reconhecimento, instalações, realocações e reposição de equipamentos onde, 16 estações se
279 transformação em telemétricas e incorporação ao sistema de alerta de cheias e a recuperação e
280 readequação das 6 estações convencionais. Manutenção e operação por 3 meses das estações
281 telemétricas, 12 meses das 6 estações fluviométricas e pluviométricas convencionais. Medição de
282 vazão das estações fluviométricas e disponibilização das informações para o público externo. A rede
283 básica do Inea iniciou o contrato em junho de 2014 com 16 estações telemétricas e 6 estações
284 convencionais e atualmente (junho de 2015) trabalha-se com 39 estações telemétricas e 6 estações
285 convencionais. A proposta de ampliação pelo Plano Estadual é de 34 estações fluviométricas e 10
286 estações pluviométricas. Como a proposta de solicitação de disponibilização de 34 estações
287 pluviofluviométricas à ANA, para atendimento da meta a curto prazo do Plano Estadual, e a solicitação
288 da disponibilização de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) do Progestão, para ampliação
289 e operação da rede básica do Inea, criação de PPP como setor energético e saneamento, e negociação
290 com o comitê Guandu para apoiar a operação das estações na sua região. Após a apresentação do Sr.
291 Edson Falcão, o projeto foi aprovado por unanimidade; **5º item: Estudos de concepção e projetos**
292 **básicos de Sistemas de esgotamento sanitário para os bairros Granja Guarani, Quebra Frascos e**
293 **Fonte Santa, no município de Teresópolis.** Este item foi retirado de pauta e será discutido em uma
294 próxima reunião plenária. E nada mais havendo a tratar, a Secretária Executiva do CERHI-RJ, a Sra.
295 Eliane Barbosa agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 20ª Reunião Extraordinária do
296 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18:00h.

297

298

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ